



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681185 - MG (2021/0225127-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : EDUARDO HEINZ GAIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDUARDO HEINZ GAIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Revisão Criminal n. 1.0000.19.092493-6/000).

O paciente teve a revisão criminal parcialmente provida por maioria, sagrando-se vencedor o voto do revisor, que fixou "a pena-base no mínimo legal, mas conservar a fração de redução do §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 em 1/3 (um terço), preservando o regime fechado e vedando a concessão de benefícios descarcerizadores" (fl. 546).

A impetrante sustenta que carece de fundamentação idônea o afastamento do patamar máximo (2/3) relativo ao tráfico privilegiado. Argumenta ainda como incabível o regime inicial fixado.

Requer, liminarmente a suspensão dos efeitos do acórdão até julgamento final. No mérito, pugna pela concessão da ordem para readequação do julgado e do regime inicial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente